

Santiago González Sánchez, *La alta nobleza castellana a comienzos del siglo XV: consolidación de linajes y casas nobles*, Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas e Editorial Dykinson, 2018, 333 p., ISBN 978-84-9148-909-2.

Santiago González Sánchez, professor do IES Santo Domingo de El Puerto de Santa Maria (Cádiz) e membro do grupo de investigação *Medievalismo Gaditano* (da Universidade de Cádiz), concluiu o seu doutoramento em 2010, tendo apresentado à Universidade Complutense de Madrid uma monumental tese intitulada *La Corona de Castilla: vida política (1406-1420). Acontecimientos, tendencias y estructuras*, dirigida por Miguel Ángel Ladero Quesada.

A imensidão da obra (mais de 2300 p.) obrigou a uma publicação segmentada. Em 2013, foi editada uma primeira parte, *Las relaciones exteriores de Castilla a comienzos del siglo XV. La minoría de Juan II (1407-1420)*, Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas, 2013, 371 p., ISBN 978-84-15069-56-0¹. Um trabalho prefaciado por Miguel Ángel Ladero Quesada e que foi, também, objeto das esclarecidas recensões críticas de Raul González Arévalo, da Universidade de Granada, de Carlos J. Rodríguez Casillas, da Unversidade de Estremadura e de Eduardo Juncosa Bonet, da Universidade Complutense de Madrid². Em 2017, publicou-se um segundo núcleo, sobre as relações entre a Monarquia e a Igreja: *Algunos problemas y retos de la Iglesia castellana en los comienzos del siglo XV (1406-1420)*, Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas e Editorial Dykinson, 2017, 150 p., ISBN: 978-84-9148-148-5³.

¹ A segmentação concretizou-se, tanto em livros como em artigos. Logo, em 2011, publicava: “El Consejo Real de Castilla durante la minoría de Juan II”, *España Medieval*, 34 (2011), p. 181-214. Por sua vez, o capítulo “Recursos do Governo. El Poder Militar de la Monarquía” (p. 1445-1513) constitui a primeira parte do livro *Los recursos militares de la monarquía castellana del siglo XV. Las campañas granadinas del infante D. Fernando: Setenil e Antequera (1407-1410)*, Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas e Editorial Dykinson, 2016, 386 p. ISBN: 978-84-9085-666-6 – trabalho que mereceu já uma sintética mas apelativa recensão de José M. Triano, da Universidade de Málaga, publicada em *Anuario de Estudios Medievales*, 48/1 (Janeiro-Junho 2018), p. 438-439.

² Respetivamente, no *Anuario de Estudios Medievales*, 41/1 (Janeiro-Junho 2015), p. 545-593; na *Revista Universitaria de Historia Militar* (RUHM), 5/10 (2016), p. 395-397; e na *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 45-1 (2015) [disponível *on line* em <http://journals.openedition.org/mcv/6367>].

³ O subcapítulo que, na tese, introduz este tema fora já publicado em 2013: “Los obispos castellanos en los inicios del siglo XV (1407-1420)”, *Revista EPCCM*, 15 (2013), p.187-214.

O livro que aqui apresentamos é constituído justamente por um terceiro bloco, o que respeita às relações de poder entre a Monarquia e a Nobreza, especialmente os mais influentes parentes reais e a alta nobreza de então⁴.

Mantendo o mesmo foco geográfico, o reino de Castela – dividido em cinco blocos regionais: Galiza; Astúrias, Leão e Castela; Toledo e Estremadura; Múrcia; e Andaluzia – e a mesma cronologia – as duas primeiras décadas do século XV, sobretudo o período correspondente à menoridade de Juan II – procura, agora, construir uma história social da alta nobreza do momento.

A obra está dividida em apenas dois capítulos, desequilibrados em termos de dimensão, respetivamente 17 e 212 páginas, o que resulta do assaz diferente número de nobres analisado em cada um. O primeiro, *Los parientes reales, su influencia en la Corte y en la política del reino*, versa, pois, sobre a influência, na Corte e na política do reino, de três membros da mais alta nobreza, estreitamente aparentados com o monarca: Fadrique, conde de Benavente, Leonor de Navarra e Enrique de Villena. O segundo, subdividido em 6 itens de maior dimensão, é dedicado aos *Nobles y casas de la alta nobleza del momento*. Nos cinco primeiros itens analisa, conjuntamente, os principais palcos de atuação da alta nobreza: do conselho régio ao governo das cidades onde, maioritariamente, se encontram implantados, passando pelos ofícios da corte, pela administração regional e pela intervenção em missões diplomáticas. O sexto, que designou *La alta nobleza en sus ámbitos territoriales*, muito mais longo que os iniciais, é um conjunto prosopográfico, de teor narrativo, constituído por micro-biografias dos membros da alta nobreza, ordenadas em 28 linhagens, inseridas em cada uma das cinco regiões acima referidas, de acordo com a maior concentração dos seus senhorios. Completam este trabalho uma introdução e, no final, além da conclusão e da bibliografia⁵, a lista detalhada das fontes inéditas consultadas, não deixando de ser, ainda, enriquecido com os sempre úteis índices onomástico e toponímico.

⁴ Refira-se que o item sobre a média e baixa nobreza, com que, na tese de doutoramento, se conclui o capítulo sobre a Monarquia e a Nobreza, foi também já publicado numa revista científica da Editorial da Universidade de Sevilla: “La media y baja nobleza castellana durante la regencia de los tutores de Juan II de Castilla (1407-1418)”, *HID* 45 (2018), p. 113-156 [disponível online em <http://dx.doi.org/10.12795/hid.2018.i45.05>].

⁵ Não podemos deixar de estranhar neste estudo, uma quase total ausência de bibliografia portuguesa, justamente sobre a nobreza, um dos mais profícuos campos da historiografia portuguesa desde os anos 80 do século XX. Uma das omissões mais significativas, para este trabalho, será, talvez, o da tese de doutoramento de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: percurso de uma linhagem portuguesa: séculos XIII-XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casal da Moeda, 2000.

Cumprindo o seu objetivo, o primeiro capítulo apresenta a biografia de três destacados nobres, ligados por estreitos laços de parentesco com o monarca: D. Fadrique, conde de Benavente; a sua irmã, D. Leonor de Navarra; e, sobretudo, D. Enrique de Villena, cujo parentesco com Henrique II – fundador da dinastia – é claramente destacado. No entanto, acentuando o autor, por várias vezes, um menor protagonismo político destes em face de outros, igualmente membros da alta nobreza, como D. Beatriz de Portugal, D. Teresa de Ayala, a sua filha D. María e D. Alfonso Enríquez, não se entende por que não conferiu a estes a devida atenção. É certo que o conde de Benavente, filho bastardo de Henrique II de Trastâmara, foi capaz de desestabilizar a política externa do reino – tendo fugido para Navarra, originou graves questões diplomáticas entre as duas coroas, até ser expatriado para Castela, onde morreu, no cárcere. É sabido que D. Leonor, filha legítima do mesmo soberano, que casou com o rei Carlos III de Navarra, assumiu um particular relevo no contexto da guerra contra Granada e no processo que levou o seu sobrinho Fernando ao trono de Aragão. Não menos se distinguiu Enrique de Villena, filho de Pedro de Aragão e de D. Joana – também bastarda de Henrique II –, não apenas na luta pelo mestrado da ordem de Calatrava, mas, mais ainda do que pela sua ação política, quase desconhecida, pela sua faceta científico-literária. Um mais estreito grau de parentesco com o monarca é o argumento com que o Autor justifica a seleção daqueles. Ainda assim, se o objetivo do capítulo era pôr em destaque a influência desses nobres na corte e na política do reino, não deixa de ser uma opção, pelo menos, questionável não ter examinado, ainda que proporcionalmente, os outros quatro anteriormente referidos.

O segundo capítulo, *Nobles y casas de la alta nobleza del momento*, não obstante a divisão em seis subcapítulos, organiza-se tematicamente em duas partes, sendo a primeira composta pelos primeiros cinco e a segunda pelo sexto. Naquela, procura-se dar conta, de forma transversal, da participação dos membros da alta nobreza em diferentes esferas de poder e atuação. A verdade, porém, é que, como atesta o Autor, a alta nobreza teve uma intervenção bastante reduzida nas missões diplomáticas (2.1.), uma vez que estas eram, principalmente, desempenhadas pela nobreza média ou regional, não se registando, como embaixadores, senão membros de três linhagens. Quanto à presença nos órgãos do governo central (2.2.), esta revela-se, essencialmente, no conselho régio, o que não admira, porquanto, quantitativamente, era a nobreza que o dominava. A alta nobreza assumia também uma particular importância nas cortes, embora, como é sublinhado, tal facto nem sempre se traduzisse numa representação do estrato social mas, antes, no valimento ou protagonismo sociopolítico individual. Ao contrário, na Chancelaria, na Audiência,

na Contadoria-mor e em outros órgãos onde era exigida uma maior especialização, a alta nobreza encontrava-se praticamente ausente. Dominava, porém, os cargos e ofícios da corte (2.3.), particularmente nas casas do rei e da rainha, como os de mordomo-mor, camareiro-mor, reposteiro-mor ou monteiro-mor, muito embora fossem recrutados num reduzido número de linhagens. A sua participação política, com ênfase para os seus propósitos de intervenção, nomeadamente na formação e (re)configuração de alianças e confederações nobiliárquicas é exposto no subcapítulo 2.4., onde se apresentam exemplos concretos, considerando os seus contextos e participantes, nem sempre se tornando claras as suas motivações. Evidencia-se, ainda, a ingerência da alta nobreza no governo das cidades (2.5.), traduzida, sobretudo, de três formas: na formação de bandos, na patrimonialização de ofícios e na anexação de parcelas dos termos concelhios. Oferecem-se exemplos concretos de bandos, atuantes em Sevilha, Múrcia e Cuenca, encabeçados por Guzmán e Stúñiga e por Mendoza e Acuña, e que culminaram, invariavelmente, na inevitável intervenção da Coroa. Finalmente, no último subcapítulo (2.6.) – o estudo da *Alta nobleza en sus ámbitos territoriales* – alicerçado no método prosopográfico e subordinado a uma orientação geográfica, apresentam-se 39 micro-biografias de membros de 28 linhagens, divididas e agrupadas de acordo com as regiões do reino de Castela em que concentrava a maioria do seu património fundiário e senhorial. Assim, na Galiza, contam-se os Castro, Sarmiento, Andrade, Sotomayor e Ulloa; nas Astúrias, Leão e Castela, os Quiñones, Osorio, Manrique, Enriquez, Velasco, Pimentel, Arellano, Sandoval e Ayala; em Toledo e na Estremadura, os Mendoza, Ayala, Acuña, Silva e Suárez de Figueroa; em Múrcia, os Fajardo e Sánchez Manuel; e na Andaluzia, os Guzmán, Ponce de León, Ribera, Fernández de Córdoba e Portocarrero. A estas linhagens, acrescentam ainda os Dávalos e os Stúñiga, cujo carácter disperso do seu património, os torna transversais a várias regiões, sendo, por isso, tratados em separado.

Os pressupostos subjacentes à análise deste último subcapítulo, de teor mais prosopográfico do que territorial, não são suficientemente explicados nem justificados. Ainda que organizadas em blocos geográficos, as entradas da prosopografia não obedecem, em termos de conteúdo, a uma lógica territorial, como parecia ser intenção do Autor. E, ainda que assim fosse, deveria(m) subordinar-se-lhe outro(s) critério(s), para organização da prosopografia, fosse o alfabético ou outro(s) – decerto, não teriam assim ficado de fora as duas linhagens já referidas. Cada biografia procura enfatizar, como o autor sublinha, componentes administrativas, político-militares, económicas e sociais, a fim de se lograr um retrato o mais vasto e abrangente possível. Ainda assim, o estudo linhagístico poderia ter sido mais desenvolvido, passando do enqua-

dramento prosopográfico a uma análise mais abrangente e mais complexa da linhagem e dos diversos fenómenos e processos que lhe estão associados. É certo que, em alguns momentos concretos, como acontece, por exemplo, nos itens dedicados a Juan Fernández de Velasco, a Carlos Ramírez de Arelano y Manríque de Lara ou aos Ayala, aos Fernández de Córdoba ou aos Portocarrero, se sublinham relações de parentesco e casamentos contraídos, bem como outras alianças e estratégias encetadas, ainda que apresentadas de forma um tanto isolada e sem se explorarem as suas virtualidades. Compreender-se-á, no entanto, que, no curto período cronológico abarcado, se não tenham podido estabelecer, ou transmitir ao leitor, com maior clareza, todas as estratégias e conexões que foram, seguramente, detetadas. O recurso a remissões entre as distintas partes do trabalho teria sido fundamental para colmatar essa aparente imperfeição. E, por certo, a representação das famílias estudadas em elaboradas árvores genealógicas permitiria captar num relance a antiguidade e evolução de cada uma delas, a rede de alianças estabelecidas e, conseqüentemente, a influência que carreavam no seio da sociedade política e nas decisões do poder central.

A presente obra, estribada em vasta bibliografia e alicerçada na consulta de numerosas fontes inéditas, provenientes de diversos arquivos – como o Autor exalta na introdução –, tem como desígnio facultar um detalhado retrato de cada um dos membros da alta nobreza castelhana nas primeiras duas décadas do século XV. Sustentada, como afirma, no método prosopográfico, intenta atingir – a partir da cuidada análise das prerrogativas, capacidades e competências de cada um do conjunto dos indivíduos – as características dominantes do grupo, as relações entre os diversos membros que o compõem ou as estratégias utilizadas ao longo das gerações a fim de as respetivas linhagens se implantarem, consolidarem e alcançarem o topo da escala nobiliárquica. A verdade é que, em absoluto, isso não foi logrado, por certo, pela exiguidade do período cronológico abarcado na investigação, ou, melhor, por se focar em cada percurso de vida os anos em que converge a cronologia do estudo. Uma análise cujo objetivo é estudar estratégias de consolidação da nobreza, mas que abarca apenas duas décadas só poderá surtir, senão frustrada, manifestamente incompleta. E gerará uma miragem se se pretender com esse mesmo enfoque temporal “estudiar a los nobles para a través de ellos conocer el poder de que gozaba el estamento nobiliario”.

Não fica, assim, totalmente claro o papel e a influência política desempenhada pelos membros da alta nobreza. Se o Autor, logo no capítulo de abertura, sobreleva que os três nobres mais destacados acabaram por ter um envolvimento político relativamente reduzido, sobretudo tratando-se de uma

alta nobreza estreitamente aparentada com o rei, o facto é que também nos demais não assoma, de forma inequívoca, esse domínio e intervenção. Essa ausência de uma verdadeira representatividade, ou, pelo menos, o modesto papel político ou a reduzida tangibilidade da participação dos seus membros nos diferentes níveis e esferas de poder, governo e influência (analisados nos primeiros cinco itens do capítulo dois), leva-nos, muitas vezes, a inquirir onde se encontravam e onde atuavam, realmente, os elementos da alta nobreza. Atendendo a que o universo abrangido é de 39 indivíduos, num não muito extenso quadro temporal, estranhamos, pois, a sua ausência, pelo menos em número significativo, em muitos dos palcos considerados.

Podendo, no entanto, a essência deste trabalho ter sido afetada pela sua secessão de um todo original, os alicerces seguros da sua construção – o impressionante repertório de fontes, inéditas ou editadas, a leitura crítica de uma extensa e diversificada bibliografia e as metodologias utilizadas – a par do rigor científico e da seriedade intelectual do Autor, fazem dele uma sobrevalia para o estudo da alta nobreza castelhana de finais da Idade Média. Pelas potencialidades e propostas que apresenta no domínio da história comparada, com outras regiões ou em outras cronologias, pode bem ser tomado como paradigma, reavivando o interesse e abrindo a porta à realização de outros estudos deste âmbito, que não esgota, sobretudo se balizados por outra cronologia.

RODOLFO PETRONILHO FEIO

Doutorando em História – FLUC

Colaborador do CHSC-FLUC

rodolfonfeio@hotmail.com